

DOI: 10.46943/XI.CONEDU.2025.GT19.013

## IA NA SALA DE AULA: O USO DO CHATGPT E TEACHY COMO FERRAMENTA DOCENTE NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Yris Campos Oliveira<sup>1</sup>  
Maria Luisa Soares Marcolino<sup>2</sup>  
Rayane de Lima Brasil<sup>3</sup>

### RESUMO

Por meio de reflexões sobre a prática docente, esta pesquisa busca contribuir para professores que atuam em sala de aula e procuram auxílio em Inteligências Artificiais (IA) para promover a inclusão de seus alunos nas atividades educacionais. Sabendo que o uso da inteligência artificial já faz parte do cotidiano escolar em boa parte das instituições, visamos compreender de que forma o ChatGPT (IA de uso geral) e a Teachy (IA para professores) podem auxiliar na construção de aulas e materiais didáticos inclusivos no ensino de História. A escolha dessas duas IA's dá-se especialmente devido à sua difusão no campo digital. O ChatGPT atualmente é uma das inteligências com maior índice de popularidade, com muitas ferramentas disponíveis gratuitamente, facilitando seu uso por indivíduos dotados de objetivos variados. Em contrapartida, a Teachy é uma IA exclusiva para professores, sendo possível montar aulas, materiais didáticos e slides de modo específico para a educação. Nesse

- 1 Mestranda pelo Curso de História da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, yrisoliveirac@gmail.com;
- 2 Mestranda pelo Curso de História da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, mmallu-10@hotmail.com;
- 3 Mestranda pelo Curso de História da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, rayane.brasil@academico.ufpb.br.

sentido, a comparação do uso de duas IAs - criadas com objetivos diferentes - no auxílio à educação inclusiva contribui para o estabelecimento de critérios mais seguros que podem ajudar o docente quanto à escolha de qual recurso utilizar. Em dada pesquisa nos baseamos teoricamente em autores como Maria Teresa Égler Mantoan (2008), que discute acerca das relações escolares e o ensino inclusivo, bem como na própria legislação vigente. Em sua execução, enviamos comandos semelhantes às duas plataformas e, através de critérios previamente estabelecidos, analisamos as respostas emitidas. Feito isto, constatamos que ambas as plataformas apresentam potencialidades e implicações, sendo a Teachy mais completa, porém com uma interface mais complexa para professores com pouco letramento tecnológico e com pouco foco na questão inclusiva, enquanto o ChatGPT é mais simples de utilizar e necessita comandos mais precisos para chegar a um resultado que possa ser aproveitado, mas se mostrou mais eficiente no auxílio à preparação de aulas inclusivas.

**Palavras-chave:** Tecnologias da Educação, Educação Inclusiva, Ensino de História, ChatGPT, Teachy.

## INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, as discussões sobre educação inclusiva e tecnologias digitais têm ganhado destaque no cenário educacional brasileiro. O aumento dos diagnósticos de Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e Transtorno do Espectro Autista (TEA) entre crianças e adolescentes têm trazido à luz discussões acerca das práticas pedagógicas voltadas à inclusão. Conforme destaca Lima (2006), o ensino inclusivo não deve ser confundido com a educação especial, embora esta faça parte de seu escopo. A educação especial surgiu como uma proposta voltada à garantia do direito à educação para todos, sem distinção de origem social ou condição individual. Nessa mesma perspectiva, Stainback (1999, p. 21) define a educação inclusiva como “a prática da inclusão de todos – independentemente de seu talento, deficiência, origem socioeconômica ou cultural – em escolas e salas de aula acolhedoras, nas quais as necessidades desses alunos sejam plenamente atendidas”.

Historicamente, os alunos com transtornos e deficiências foram alvo de um processo de segregação educacional que os excluía do convívio nas escolas regulares. Até meados do século XX, predominava uma concepção “médico-assistencialista”, que via a deficiência como uma limitação individual a ser tratada fora do ambiente de ensino. Dessa forma, essas crianças e jovens eram frequentemente encaminhados para instituições específicas ou salas de aula segregadas, onde o foco recaía mais na reabilitação do que na aprendizagem. Essa prática reforçava estigmas sociais e impedia o exercício pleno do direito à educação e à convivência social.

Entretanto, o cenário começou a se transformar com a emergência de novas legislações e políticas públicas voltadas à inclusão. A Constituição Federal (CF) de 1988 é um marco no estabelecimento do princípio legal da educação inclusiva, pois reconhece as necessidades das pessoas com deficiência sem segregá-las e incentiva sua inclusão e convívio na sociedade. Do mesmo modo, determina em seu Art. 205, que a educação é “[...] direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e

incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988).

Da mesma forma, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), em sua versão de 1996, atualiza a concepção colocada nas versões anteriores (1961 e 1971) e define a educação especial como uma modalidade dentro do sistema regular de ensino, sendo assegurado aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, no Art.59, os seguintes direitos:

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades; [...]

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns; (BRASIL, 1996)

Entre tais garantias, gostaríamos de chamar a atenção para a obrigatoriedade de currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, bem como a capacitação docente para a inclusão dos estudantes nas classes comuns. A proposta de utilização da inteligência artificial como auxílio para elaboração de aulas inclusivas foi pensada para contribuir com o preenchimento de lacunas existentes na formação dos professores quanto a estratégias e métodos de inclusão. A legislação brasileira prevê a obrigatoriedade de salas de aula inclusivas e da preparação para uma prática docente que respeite as necessidades de cada aluno. No entanto, por mais que os cursos de licenciatura venham evoluindo nas últimas décadas, eles ainda não estão plenamente preparados para uma formação de professores que lide com a diversidade posta pela inclusão (PLETSCH, 2009).

Parte considerável dos cursos de licenciatura no Brasil mantém uma estrutura teórica e tradicional, oferecendo poucas disciplinas voltadas à inclusão escolar e à alfabetização digital dos educadores. Quando existentes, essas disciplinas costumam ser optativas e abordam os temas de maneira superficial, sem considerar as diversas realidades e desafios viven-

ciados cotidianamente nas escolas públicas e privadas do país. Assim, o professor recém formado frequentemente ingressa na sala de aula sem preparo prático para lidar com estudantes que apresentam dificuldades de aprendizagem ou comportamentos singulares. Essa lacuna entre a teoria acadêmica e a prática cotidiana constitui um dos grandes entraves para a efetivação de uma educação de fato inclusiva.

Outros dispositivos, como o Decreto nº 7.611/2011, o Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014), através de sua meta de nº4 e a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) consolidam o direito à escolarização inclusiva, determinando que as escolas devem garantir condições de acesso, permanência e aprendizagem a todos os estudantes. Também podemos destacar a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU, em 2006, que trouxe base para o Decreto nº 6.949/2009, que reforça o princípio da educação inclusiva em todos os níveis de ensino.

Mais recente, a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva (2025) reafirma o estabelecido pela CF/1988 e pela LDB, trazendo como princípio “VII - a consolidação do trabalho intersetorial como estratégia para a atenção integral ao público da educação especial.” (BRASIL, 2025). Este princípio legitima a importância de ações intersetoriais e ressalta que a educação na perspectiva inclusiva não é efetiva quando realizada de maneira isolada, precisando estar integrada ao sistema e ser um objetivo em comum da sociedade.

Além disso, embora a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) não apresente, de forma explícita competências voltadas exclusivamente à educação inclusiva, ela contribui significativamente para essa perspectiva por meio de suas competências gerais, que orientam o trabalho docente e a formação integral do estudante. Nesse contexto, destacamos a Competência Geral 1, que enfatiza a valorização dos conhecimentos historicamente construídos, incluindo os saberes sociais, culturais e digitais, de modo a favorecer o reconhecimento das diversidades e a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Da mesma forma, a Competência Geral 5 reforça a importância do uso crítico, significativo e ético das tecnologias digitais de informação e comunicação, permitindo ao professor integrar recursos tecnológicos em práticas pedagógicas que ampliem as oportunidades de aprendizagem para todos os alunos. Assim, mesmo sem tratar diretamente da inclusão, a BNCC ainda oferece subsídios teóricos e metodológicos que orientam o docente na criação de ambientes educativos acessíveis, democráticos e alinhados à promoção da equidade educacional.

Como resultado dessas ações, o país tem registrado um aumento expressivo nas matrículas de alunos com deficiência ou transtornos do neurodesenvolvimento na rede regular de ensino. De acordo com dados de 2025 do Ministério da Educação, o número de matrículas desses estudantes na rede regular de ensino aumentou aproximadamente 44,4% nos últimos anos. Esse crescimento reforça a importância de adaptações curriculares, planejamentos pedagógicos diferenciados, assim como formações específicas para professores, de modo a buscar uma prática educativa mais inclusiva.

Em meio a esse cenário de transformações e desafios, emergem novas ferramentas tecnológicas que podem atuar como aliadas no processo de ensino-aprendizagem. A popularização das inteligências artificiais (IA), sobretudo após o lançamento do ChatGPT, em novembro de 2022, pela empresa OpenAI, tem despertado o interesse de educadores. O ChatGPT é uma IA que utiliza informações disponíveis na internet para responder aos comandos que lhe são fornecidos, abrangendo uma ampla variedade de temas. Sua linguagem pode variar do nível cotidiano ao acadêmico ou erudito, conforme a forma como o comando é formulado. Além disso, ela é capaz de auxiliar o professor na elaboração de planos de aula, explicações de conteúdos, criação de atividades e até simulação de diálogos pedagógicos. Já a Teachy, plataforma brasileira lançada em 2023, foi desenvolvida especificamente para o contexto educacional, oferecendo ferramentas voltadas à produção de materiais didáticos, slides, avaliações

e planos de aula - personalizáveis conforme a faixa etária, o conteúdo e o objetivo de aprendizagem.

O avanço das TICs (Tecnologias da Informação e Comunicação) e mais recentemente da IA introduz novas possibilidades e desafios para a prática docente, exigindo um olhar crítico sobre o papel do professor e sobre o uso pedagógico dessas ferramentas no cotidiano escolar como apoio à docência, com potencial para alterar as formas de planejar, ensinar e avaliar. Com isso, esse artigo tem como objetivo analisar como as inteligências artificiais ChatGPT e Teachy podem contribuir para a educação inclusiva, especialmente no ensino de História, buscando compreender seus recursos e limitações na prática docente. Além disso, discutiremos como essas plataformas podem auxiliar no planejamento de aulas inclusivas e na adaptação de conteúdos para alunos com diferentes necessidades cognitivas e comportamentais.

Ademais, esse trabalho é fundamentado teoricamente a partir de autores como Maria Teresa Égler Mantoan (2008), que discute a importância de uma escola que reconhece as diferenças como parte essencial do processo educativo, além da legislação vigente que sustenta o direito à educação inclusiva. Metodologicamente, partimos de uma análise comparativa, que consiste no envio de comandos semelhantes às plataformas ChatGPT e Teachy a partir de uma situação hipotética vivida em uma aula de história de uma turma de 6º ano, na qual há um aluno diagnosticado com TDAH e hiperfoco em Scooby-Doo. As respostas geradas foram analisadas com base em critérios de aplicabilidade pedagógica e inclusão.

Os resultados revelam que as duas plataformas possuem potencialidades e limitações distintas, mas também complementares. O Teachy demonstrou ser completa na elaboração de materiais didáticos, por incorporar diretrizes da BNCC e adotar uma linguagem pedagógica alinhada ao cotidiano docente; contudo, sua interface mais complexa e necessidade de pagamento pode representar um desafio para professores com menor letramento tecnológico e recursos. O grande ponto fraco da plataforma é que ela não construiu uma aula que de fato fosse inclusiva. Já o Chat-

GPT oferece uma experiência mais acessível, facilitando o uso mesmo por docentes com pouca familiaridade digital, embora exija maior precisão nos comandos para gerar resultados adequados ao contexto educacional. Quando bem utilizada, pode ser uma aliada na inspiração de atividades inclusivas. Com isso, destacamos que, embora a inteligência artificial não substitua o papel do professor, ela pode se tornar uma parceira estratégica na educação inclusiva, desde que integrada a um projeto pedagógico humanizado e comprometido com a diversidade.

## METODOLOGIA

Antes da apresentação da metodologia, será realizada uma breve discussão teórica que contempla reflexões sobre a inclusão escolar e a integração das Tecnologias da Informação e Comunicação no processo educativo, com destaque para o uso da inteligência artificial como ferramenta de apoio à docência. Essa discussão busca compreender de que modo esses campos se articulam na promoção de práticas pedagógicas mais acessíveis, participativas e sensíveis à diversidade dos estudantes, oferecendo subsídios para a construção da proposta metodológica e para a análise dos resultados desta pesquisa.

Nesse sentido, entre os estudiosos brasileiros que contribuíram de forma significativa para o debate sobre a inclusão escolar, destaca-se Maria Teresa Eglér Mantoan, uma das pioneiras na defesa de uma educação voltada à diversidade e ao reconhecimento das diferenças, autora da obra *Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?* (2003). Em seus escritos, Mantoan já chamava atenção para o fato de que os sistemas de ensino ainda se estruturam a partir de “um pensamento que recorta a realidade, que permite dividir os alunos em normais e deficientes, as modalidades de ensino em regular e especial, os professores em especialistas nesta e naquela manifestação das diferenças” (MANTOAN, 2003, p. 11).

Essa crítica, formulada há mais de duas décadas, continua atual. Embora a legislação brasileira tenha avançado significativamente na

garantia do direito à educação inclusiva, a prática escolar ainda carrega marcas desse modelo fragmentado, que separa alunos, currículos e formas de ensinar. O que Mantoan (2003, p. 11-12) apontava como uma “visão determinista, mecanicista e reducionista” ainda se manifesta, por vezes, nas dificuldades das escolas em romper com as categorizações e promover uma aprendizagem verdadeiramente coletiva e integrada.

Ao discutir o papel do docente na efetivação da educação inclusiva, Mantoan reconhece que o professor ocupa um lugar central nesse processo, mas também enfrenta inúmeros desafios em sua formação e prática cotidiana. A autora observa que muitos educadores ainda resistem à inclusão sob o argumento de não estarem preparados para lidar com as diferenças em sala de aula (MANTOAN, 2003, p. 42). Essa percepção, segundo ela, está ligada a uma formação inicial e continuada marcada por práticas fragmentadas e excessivamente instrucionais, nas quais o professor é tratado como mero aplicador de técnicas previamente definidas.

A respeito dessas limitações, Mantoan propõe uma mudança de perspectiva: o processo formativo deve partir das experiências e saberes docentes, valorizando o “saber fazer” e o compartilhamento coletivo das práticas pedagógicas. A criação de grupos de estudo, o diálogo constante entre professores, gestores e coordenadores, bem como o fortalecimento da formação em serviço, constituem caminhos indicados pela autora para que o educador se reconheça como agente ativo das transformações escolares (MANTOAN, 2003, p. 45-46). Nessa perspectiva, a formação do professor inclusivo não se reduz à aquisição de métodos prontos, mas envolve o desenvolvimento da capacidade de problematizar, refletir e construir soluções pedagógicas sensíveis às diversidades presentes na escola.

Nos últimos anos, as discussões sobre educação inclusiva passaram a dialogar com as tecnologias digitais, revelando um movimento de atualização das práticas pedagógicas diante das inovações tecnológicas. Em um levantamento recente, apresentado no artigo Inteligência Artificial na

Educação Inclusiva: desafios e oportunidades para alunos com necessidades educacionais especiais (RIBEIRO et al., 2024), foi elaborado um quadro com a produção acadêmica sobre a temática entre 2008 e 2024. As produções analisadas abordam temas que vão desde as políticas públicas de inclusão escolar e o uso de tecnologias assistivas até a implementação das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) e, mais recentemente, o uso da inteligência artificial na educação.

De modo geral, esses trabalhos convergem ao reconhecer que as tecnologias podem ser utilizadas como mediadoras do processo de ensino-aprendizagem, contribuindo como suporte essencial na autonomia, comunicação e no acesso a uma educação mais inclusiva. Ao mesmo tempo, apontam para os possíveis desafios a serem enfrentados, como a falta de formação docente específica, grupos de estudo ou de formação continuada, além da necessidade de uso crítico e ético das ferramentas digitais para que o professor não seja totalmente dependente desse recurso.

Diante dessa perspectiva, Angelo Papim e Mariane Araújo (2018) no ensaio intitulado *Uso da tecnologia da informação na educação especial: desenvolvimento e aplicação de jogo pedagógico*, destacam a importância de projetos educativos que utilizam recursos tecnológicos, como softwares pedagógicos, capazes de tornar o ensino mais dinâmico, acessível e atrativo, ao integrar o uso de linguagens visuais, sonoras e interativas em diferentes contextos de aprendizagem. Durante o processo de criação do recurso, os autores envolveram professores da educação especial em todas as etapas, do levantamento das necessidades pedagógicas à avaliação do material.

Os resultados observados apontaram um aumento no interesse, na autonomia e no desempenho cognitivo dos estudantes, indicando compatibilidade com as propostas curriculares e às especificidades individuais dos alunos (PAPIM; ARAÚJO, 2018, p. 217-218). Como afirmam os autores, “o emprego de atividades tecnológicas misturadas com as atividades tradicionais demonstrou ser uma estratégia educacional que aumentou o interesse e a participação dos EDI na dinâmica proposta pelo professor”

(PAPIM; ARAÚJO, 2018, p. 218). Desse modo, o uso pedagógico da tecnologia não substitui o papel do professor, mas amplia suas possibilidades de mediação, contribuindo para a construção de um ambiente escolar mais interativo, estimulante e inclusivo.

Diante desse panorama teórico, que evidencia tanto os desafios quanto às potencialidades do uso das tecnologias digitais na promoção de práticas pedagógicas inclusivas, torna-se necessário compreender de que modo essas ferramentas podem ser analisadas de forma crítica e aplicada. É nesse sentido que a metodologia deste estudo se fundamenta, buscando articular a reflexão teórica às experiências práticas e às dinâmicas do contexto escolar.

A metodologia desta pesquisa parte da compreensão de que o estudo sobre o uso de tecnologias digitais na educação inclusiva exige uma abordagem relacionada à reflexão teórica, análise prática e uma compreensão crítica das dinâmicas escolares e de suas implicações no processo de ensino-aprendizagem, especialmente no que diz respeito ao apoio especializado ao aluno, aos professores e aos demais profissionais envolvidos, bem como à oferta dos recursos didáticos necessários.

Por essa razão, optou-se por uma metodologia de caráter comparativo e analítico voltada à análise das possibilidades pedagógicas, considerando as contribuições, limitações e formas de aplicação de duas ferramentas de inteligência artificial, Teachy e ChatGPT, no contexto das práticas inclusivas. Trata-se não apenas de examinar, analisar ou explorar o desempenho técnico das duas plataformas, mas de compreender de que modo elas se articulam com os princípios da educação inclusiva e com os desafios cotidianos enfrentados pelos professores, como a necessidade de adaptar conteúdos para diferentes ritmos de aprendizagem, manter o foco e a atenção dos estudantes com o professor, a turma e o tema em questão.

Essa escolha metodológica busca estabelecer um diálogo entre o campo tecnológico e o educacional, considerando as dimensões cognitivas e afetivas que envolvem o processo de ensino-aprendizagem, em especial no atendimento a alunos com Transtorno de Déficit de Atenção

e Hiperatividade (TDAH) e outras condições que requerem estratégias pedagógicas flexíveis e instrumentos didáticos que favoreçam o acesso e a participação dos educandos.

Com o objetivo de identificar como as ferramentas de inteligência artificial respondem às demandas da educação inclusiva, esta etapa metodológica consistiu na observação e comparação das respostas produzidas pela Teachy e ChatGPT diante de um mesmo comando. Essa escolha visa compreender como cada uma delas interpreta e traduz, em termos pedagógicos, as demandas da educação inclusiva. O comando elaborado descreve uma situação hipotética - baseada em uma realidade concreta - de sala de aula em uma escola pública, na disciplina de História, envolvendo uma turma de 6º ano e um aluno com diagnóstico de TDAH. Ao apresentar um contexto real, a proposta permite observar se as respostas das plataformas dialogam com as condições cotidianas do ensino público brasileiro, onde frequentemente o professor precisa lidar com turmas heterogêneas, limitações estruturais e ausência de apoio especializado.

A análise das plataformas se baseará em critérios que consideram tanto os aspectos pedagógicos quanto os técnicos. Serão observadas as metas, as fontes recomendadas e os demais desenvolvimentos com base no conteúdo informado pelo professor: se estão de acordo com a realidade escolar descrita; a coerência com os princípios e legislações da educação inclusiva; o alinhamento com as habilidades e objetivos da BNCC; a sensibilidade inclusiva (tratamento dado às diferenças e às condições específicas do aluno com TDAH); a consistência histórica e crítica dos conteúdos sugeridos; a facilidade de acesso; a clareza e funcionalidade da interface; além de fatores como a limitação de uso gratuito e a necessidade de assinatura paga.

Esses parâmetros foram definidos com o intuito de avaliar não apenas o conteúdo gerado, mas também a aplicabilidade dessas plataformas no cotidiano docente. Abordaremos os resultados dessa análise na próxima seção, demonstrando como cada inteligência artificial respondeu

ao mesmo comando e em que medida suas produções dialogam com a realidade da educação inclusiva no Brasil.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para a execução prática da análise comparativa, elaborou-se um comando padronizado a ser enviado simultaneamente às duas plataformas: ChatGPT e Teachy. Esse comando descreve uma situação hipotética de sala de aula, solicitando a criação de uma sequência didática composta por duas aulas (uma expositiva e outra prática) voltada para o 6º ano. Solicitam-se sugestões de interação, possibilidades interdisciplinares e observações sobre o tempo e a realidade escolar, permitindo identificar se as respostas das plataformas demonstram sensibilidade às condições reais de ensino e à diversidade presente na sala de aula.

A seguir, apresenta-se o comando completo enviado para o ChatGPT e utilizado como base para o preenchimento dos campos da Teachy, junto a análise de sua contribuição para o planejamento de aulas inclusivas: Preciso de uma sequência didática para o 6º ano de uma escola pública, com a temática “Rotas migratórias e o povoamento da Terra”. Deve conter duas aulas, sendo a primeira expositiva e de contextualização do conteúdo e a segunda aula prática, com uma atividade que gere interação na turma e atenda as seguintes habilidades da BNCC: (EF06HI01) - Identificar diferentes formas de compreensão da noção de tempo e de periodização dos processos históricos (continuidades e rupturas); (EF06HI03) Identificar as hipóteses científicas sobre o surgimento da espécie humana e sua historicidade e analisar os significados dos mitos de fundação e (EF06HI06) Identificar geograficamente as rotas de povoamento no território americano. A turma tem 30 alunos entre 10 e 12 anos, sendo um deles um menino com TDAH, de 11 anos, com grande índice de hiperatividade. Seu hiperfoco é Scooby-Doo, ele tem dificuldade em se manter em silêncio e acompanhar o desenvolver da aula expositiva, mas participa dos debates. Além de aulas que atendam a essas especificidades, preciso de dicas de

interação entre o professor e o aluno com TDAH, sem excluir o restante da turma, bem como desse aluno com os demais estudantes.

O ChatGPT apresentou resultados satisfatórios sobre o conteúdo. Ao estruturar a sequência didática em tópicos, a ferramenta destacou o público-alvo, o objetivo de conhecimento, as habilidades da BNCC, a duração e o passo a passo das duas aulas a serem ministradas pelo professor. No desenvolvimento da primeira aula, foi sugerido o título “De onde viemos? O caminho dos primeiros humanos”, com o objetivo de promover a compreensão das diferentes teorias sobre a origem do ser humano e do papel desempenhado pela Arqueologia e pela Paleontologia na preservação e na análise crítica das fontes, reconhecendo como esses campos delimitam o que pode ou não ser considerado evidência sobre o passado.

Para tanto, o ChatGPT recomendou que, nos dez primeiros minutos, fossem realizadas ações voltadas ao acolhimento da turma, à comunicação de informes e à aplicação de três perguntas didáticas e interativas com o intuito de “ativar o conhecimento prévio” dos alunos. As questões propostas foram: “Vocês já ouviram falar que todos os seres humanos vieram de um mesmo lugar?”; “De onde acham que viemos?”; e “Como vocês acham que as pessoas chegaram a todos os continentes?”.

Após o momento de diálogo, as respostas dadas pela turma, tratadas como hipóteses, seriam registradas no quadro, e é nesse ponto que a ferramenta sugere a participação do aluno com TDAH. O ChatGPT propõe que ele anote as respostas dos colegas em um cartaz, configurando, nas palavras da própria plataforma, uma “função ativa e concreta, que canaliza a energia dele”. A proposta, ao inserir o aluno com TDAH já no início da aula, demonstra sensibilidade e cuidado ao envolvê-lo no debate e na comunicação com os demais. A única ressalva diz respeito ao tempo indicado, uma vez que a realização de todas essas atividades em apenas dez minutos mostra-se pouco inviável no contexto real da sala de aula.

A próxima etapa sugerida pelo ChatGPT, com duração de aproximadamente 25 minutos, propõe uma exposição dialogada, simples e ilustrativa, sobre os seguintes tópicos: as teorias da origem do ser humano

(África e evolução dos hominídeos), as rotas migratórias (com o uso de mapas coloridos ou de um globo) e as principais descobertas arqueológicas (como Lucy, pinturas rupestres e fósseis). A divisão dos conteúdos mostra-se pertinente e condizente com os objetivos propostos; em contrapartida, ao não especificar os materiais necessários ou como seriam elaborados os mapas e imagens, o ChatGPT demonstra fragilidade.

A ferramenta sugere o uso de dois recursos didáticos que, na prática, não existem: o primeiro seria um vídeo do canal Manual do Mundo, que de fato existe, mas não apresenta nenhum vídeo/conteúdo sobre “a origem do homem”; o segundo seria um vídeo do canal História Fácil, que igualmente não dispõe de material sobre o tema. Mais uma vez, o ChatGPT insere o aluno com TDAH na atividade, propondo que ele utilize um mapa (sem especificar quem o elaboraria ou disponibilizaria) para colorir o trajeto das rotas já desenhadas, “circulando os lugares por onde os humanos passaram com canetinhas coloridas”. Para estimular a memória e o envolvimento dos alunos, a plataforma sugere ainda perguntas como: “Quem lembra para onde foram os primeiros grupos humanos?”.

Na fase final da primeira aula, o ChatGPT propõe uma recapitulação do conteúdo abordado, o percurso migratório da África à Oceania, e a elaboração coletiva de um resumo sobre o tema “Rotas Migratórias”, reservando cerca de quinze minutos para essa etapa. Há também a proposta de uma mini-atividade oral, em que o aluno com TDAH desenharia no quadro o personagem Scooby-Doo viajando pelo mapa-múndi. Essa sugestão representa um dos aspectos mais criativos e sensíveis da sequência, pois estabelece uma ponte entre o hiperfoco do estudante e o conteúdo estudado, favorecendo a ampliação do conhecimento e a interação com os demais colegas.

A segunda aula, intitulada “Rastros dos primeiros humanos”, tem caráter prático e interativo, voltando-se à identificação de vestígios e manifestações simbólicas das comunidades pré-históricas. A proposta busca levar os alunos a compreender o significado das artes rupestres e das descobertas arqueológicas, relacionando-as ao cotidiano dos primeiros

grupos humanos. Além do conteúdo histórico, a atividade também tem como meta estimular o trabalho cooperativo e o respeito à diversidade, reforçando valores essenciais à convivência e à aprendizagem inclusiva.

No início da aula, o ChatGPT sugere uma retomada breve, com duração de dez minutos, em que o professor mostraria imagens de pinturas rupestres, fósseis e ferramentas de pedra, promovendo uma roda de conversa sobre o que os primeiros humanos deixaram como vestígios. Entretanto, o tempo indicado é reduzido para realizar uma roda de conversa significativa e, também, avaliar o desempenho de toda a turma.

Dando continuidade a aula, o ChatGPT apresenta uma das partes mais criativas e bem estruturadas de toda a sequência didática. Prevista para ocorrer em trinta minutos, ela é dividida em três momentos: 1) a elaboração coletiva do mapa das migrações e a produção de uma arte rupestre; 2) estimulando o trabalho em grupo, a cooperação e o aprendizado por meio da experiência; 3) apresentação do mapa e explicação de suas representações. O modo como a plataforma insere o aluno com TDAH nesse processo é significativo: ao atribuir-lhe a função de “colar” os ícones ou criar um personagem-guia, como o Scooby-Doo explorador, o ChatGPT demonstra sensibilidade pedagógica ao reconhecer o hiperfoco como um recurso de aprendizagem ativa e não como limitação.

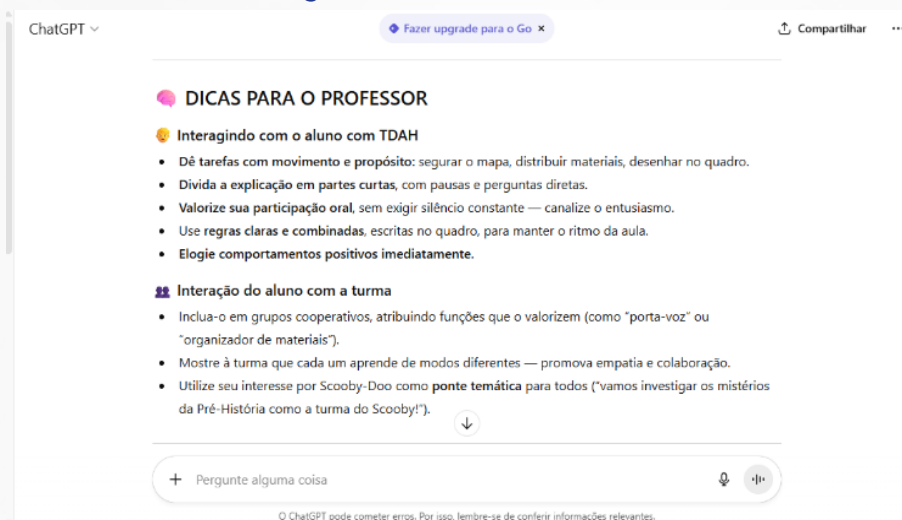
Além disso, nos dez minutos finais da aula, a proposta incentiva o aluno a participar da apresentação do grupo, assumindo o protagonismo ao apresentar o “Scooby-Doo viajante”. Também é interessante a sugestão de que os “painéis” sejam colados nas paredes, simulando uma caverna na sala de aula, o que amplia o caráter lúdico e visual da atividade. Essa estratégia, além de favorecer a participação ativa do estudante, contribui para a construção de um ambiente inclusivo, no qual todos os alunos colaboram para o mesmo objetivo.

Cabe apenas observar que uma atividade desse tipo exige uma quantidade de materiais como mapas, figuras, papéis e tintas, que muitas vezes não estão disponíveis nas escolas públicas, o que demanda dificuldade e adaptação por parte do professor. Ainda assim, a proposta se destaca

pela integração entre conteúdo, ludicidade e inclusão, evidenciando o potencial da inteligência artificial para inspirar práticas pedagógicas mais colaborativas e acessíveis.

Um dos pontos mais positivos das sugestões apresentadas pelo ChatGPT, nos tópicos finais, separados das aulas, diz respeito ao cuidado em orientar o papel do professor como mediador do processo de ensino-aprendizagem (imagem 1).

**Imagem 1** - Interface do ChatGPT



**Fonte:** Acervo pessoal

Tais orientações revelam sensibilidade e compreensão sobre as dinâmicas da sala de aula inclusiva, reconhecendo que o sucesso do trabalho depende da capacidade do professor de estabelecer regras claras e promover um ambiente cooperativo.

A proposta de avaliação apresentada pelo ChatGPT segue uma perspectiva formativa e contínua, valorizando o acompanhamento do processo de aprendizagem em detrimento de resultados isolados. A ferramenta sugere que sejam observados critérios como a participação dos alunos nas discussões e atividades, a compreensão das rotas migratórias e das manifestações simbólicas, a colaboração nos grupos e o respeito às diferenças, além da produção visual do mapa e da pintura rupestre.

A segunda plataforma analisada, a Teachy, foi pensada para atender a necessidade exclusiva de professores. É relativamente completa e apresenta uma gama de opções que auxiliam os docentes na preparação de aulas, materiais didáticos e avaliações. Sua interface é interativa e permite o compartilhamento de experiências e materiais com outros docentes por meio de uma comunidade. As opções são setorizadas em diferentes abas, como: planos de aula, slides, provas, resumos, questões, listas de exercícios, mapas mentais, caça-palavras, palavras cruzadas, jogos, ideias, imagens, sequências didáticas, objetivos de aprendizagem, planos de aprendizagem, projetos, relatórios e outras (imagem 2).

**Imagem 2 - Interface da plataforma Teachy**



**Fonte:** Acervo pessoal

Existem duas possibilidades de uso da plataforma, havendo uma opção gratuita que utiliza um sistema de pontos com um limite diário de materiais que podem ser gerados, variando de acordo com o tipo de produto. Havendo o pagamento, a quantidade de materiais geradas diariamente se torna ilimitada. Optamos por realizar a sequência didática pela versão gratuita por entender que é mais acessível para uma quantidade maior de docentes.

Na Teachy, o processo para criação das aulas inclui o preenchimento dos seguintes campos: disciplina, ano de escolaridade, assunto, número de aulas, BNCC, detalhes adicionais e metodologia, sendo possível habi-

litar a opção de inserir um arquivo extra e realizar buscas na web. Destes, apenas os três primeiros campos são obrigatórios, no entanto, realizamos o preenchimento de todos eles, deixando somente de habilitar as duas últimas opções mencionadas. Para gerar esta sequência utilizamos o total de cem pontos, dos duzentos que são liberados diariamente na versão gratuita da plataforma. Após gerada, é possível realizar alterações na aula de forma automatizada, onde o professor indica aquilo que gostaria de modificar e o programa realiza a alteração, sendo cobrados mais pontos para tal atividade. Outra possibilidade é realizar o download do material e editar manualmente.

A Teachy estruturou uma sequência didática no formato do plano de aula que geralmente é solicitado pelas instituições de ensino, contendo os objetivos de cada aula, a duração, os assuntos que devem ser trabalhados, os materiais necessários e a divisão temporal, havendo a minutagem de cada atividade proposta e, ao fim da sequência, uma sugestão de avaliação. A organização geral do plano se dá em tópicos breves e diretos, estando os objetivos de acordo com as habilidades da BNCC solicitadas, bem como a própria sequência estabelece atividades que buscam o desenvolvimento destas habilidades. Entre os materiais sugeridos estão: quadro branco e marcadores, mapas das rotas migratórias, vídeos curtos sobre migrações históricas e textos de apoio, não havendo, todavia, a indicação destes possíveis vídeos e materiais de apoio.

A IA dividiu o conteúdo em três tópicos: o primeiro intitulado “Conceito das rotas migratórias”, onde deve ser abordada a definição de migração e suas causas (econômicas, sociais, políticas) bem como a importância das rotas migratórias na formação de sociedades e culturas; no segundo tópico, “História das rotas migratórias”, orienta-se a discussão dos principais períodos históricos de migração (pré-história, colonização, imigração moderna) e das teorias do povoamento da América, incluindo as rotas dos primeiros habitantes; por último, haveria o estudo da “Geografia das rotas migratórias”, buscando o mapeamento das principais rotas e suas impli-

cações geográficas, assim como a identificação de regiões de origem e destino das migrações.

A interdisciplinaridade presente na divisão do conteúdo é positiva - especialmente considerando as ligações reais que o tema das aulas apresenta entre história e geografia. Do mesmo modo, a conceituação das rotas migratórias logo no início possibilita uma melhor compreensão do tema trabalhado, sendo uma boa forma de introduzir o conteúdo junto a uma turma do 6º ano. Apesar disso, a proposta de abordar a história das rotas migratórias em diferentes temporalidades pode confundir os alunos devido o grande salto temporal entre os períodos propostos (pré-história, colonização, imigração moderna), pois estes necessitam de um maior aprofundamento por apresentarem dinâmicas de movimentação de pessoas distintas e que precisam estar contextualizadas as realidades e locais em que cada migração ocorre. Não é necessário um salto temporal tão extenso para trabalhar as migrações em diferentes momentos históricos, sabendo que dentro do próprio período ágrafo existiram diferentes sub-períodos que possibilitam uma discussão robusta sobre o assunto.

Para a primeira aula o planejamento proposto inclui trinta minutos de exposição com a utilização de vídeos e mapas, sendo seguida com quinze minutos de atividade prática. Duas opções de aula prática foram geradas: uma atividade de debate e apresentação em grupo e uma de localização geográfica no mapa das rotas migratórias estudadas. A primeira atividade é interessante, no entanto, sua realização em quinze minutos é inconcebível, considerando a necessidade da escolha do grupo, organização da sala para cada grupo debater, a sistematização desse debate, preparação para apresentação e a própria exposição. A segunda proposta é mais exequível, porém, necessita de um maior investimento para a construção de um grande mapa.

A segunda aula é pensada para ser inteiramente prática, sendo fornecida uma proposta que se assemelha à primeira atividade sugerida na aula anterior. A metodologia para sua realização trabalha importantes aspectos da educação, como a pesquisa e o trabalho em grupo, no entanto, a

forma como é colocada pela Teachy indica um desconhecimento quanto a realidade de parte das escolas públicas brasileiras e da própria dinâmica da sala de aula. Com uma divisão em dois momentos, os primeiros vinte minutos seriam reservados para a realização de uma pesquisa em grupo, sendo necessário tablets, celulares, computadores e internet disponíveis para os alunos.

O emprego dessas ferramentas apresenta duas questões: primeiro, não são todas as instituições públicas da educação básica que detêm tais recursos e, em alguns casos, mesmo onde os aparelhos se fazem presentes, não há uma garantia da sua disponibilidade para o uso dos estudantes. Uma possível solução para a carência deste material na escola seria a utilização dos aparelhos pessoais dos alunos, o que nos leva a nossa segunda questão. Em 13 de janeiro de 2025 foi sancionada a Lei nº15.100 que proíbe o uso de aparelhos eletrônicos pessoais durante as aulas e no espaço escolar. Por mais que seja permitido seu uso em atividades pedagógicas específicas mediante acompanhamento do docente, algumas instituições adotam diretrizes próprias que restringem ainda mais a utilização dos aparelhos. Nesse sentido, a proposta está em conformidade com a lei, no entanto, é necessária atenção quanto a sua execução a depender do local em que será realizada.

Seguindo, após as pesquisas em grupo feitas no momento da aula, os alunos devem apresentar suas descobertas para a classe nos quinze minutos restantes. Considerando que a turma hipotética tem trinta alunos, para que a pesquisa e organização dos seus resultados seja satisfatória seria necessário a criação de pelo menos cinco grupos, sendo impraticável a apresentação de todos eles em um intervalo temporal de quinze minutos. Como possibilidade extra, a Teachy propõe que, após as apresentações, a turma elabore um mural com informações e imagens sobre as rotas migratórias. Ter esse espaço e momento de esquematização do conhecimento é importante, mas requer material extra (cartolina, lápis, fotos, desenhos dos mapas) e precisaria ser executado em uma outra aula, indo além do tempo disponível para trabalhar o tema.

Para além das ressalvas já mencionadas, a principal problemática envolvendo a sequência didática gerada pela Teachy é que ela não atende a solicitação de gerar uma aula inclusiva. O único momento em que essa especificidade é mencionada é ao final do plano, com uma sessão de “Dicas para interação”, sugerindo que durante as discussões o professor permita que o aluno com TDAH participe ativamente, relacionando os temas com Scooby-Doo para aumentar seu engajamento. Bem como estimule a colaboração entre todos os alunos, promovendo um ambiente inclusivo onde possam contribuir com suas ideias e conhecimentos (TEACHY, 2025). Por mais que a dica não esteja equivocada, ela não auxilia o professor na produção de uma aula inclusiva, somente reforça a necessidade de um espaço colaborativo entre os estudantes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As recentes políticas educacionais sistematizadas nas leis mencionadas no decorrer do texto refletem uma mudança nas antigas práticas que buscavam apenas adaptar o aluno ao sistema. No entanto, sua execução, especialmente quanto à formação docente e o empenho da comunidade para garantir uma educação inclusiva ainda apresenta falhas, provocando uma sobrecarga nos professores.

Os resultados apresentados aqui indicam formas de utilização das inteligências artificiais como aliadas à prática docente, não devendo ser aplicadas de maneira acrítica ou sem uma revisão por parte do professor. As informações geradas pelas IAs são obtidas por meio de análises de dados disponíveis na internet, podendo enviar informações incorretas que, quando repassados sem a devida cautela atrapalham o processo de ensino-aprendizagem. Ademais, cada IA considera o histórico de interações da conta a ela vinculada, podendo gerar respostas diferentes a um mesmo comando quando este é emitido por uma conta diferente. Por esses fatores destacamos que os resultados obtidos por essa pesquisa

podem variar, mas ainda assim funcionam como um parâmetro para comparação entre as plataformas estudadas.

Quando analisamos o tempo proposto para cada uma das atividades e os materiais sugeridos em ambas as plataformas, percebe-se um desconhecimento quanto a realidade de um percentual considerável das escolas públicas brasileiras, bem como das turmas de 6º ano. Por se tratar de uma série fronteira, os alunos estão em processo de adaptação com a nova fase escolar, aprendendo a trabalhar em grupo e iniciando seus trabalhos orais, dificultando ainda mais a realização de atividades mais complexas em pouco tempo. Do mesmo modo, não raro os estudantes da referida série ainda não são totalmente letrados, sendo o analfabetismo um problema que precisa ser superado.

O ChatGPT demonstra atenção à prática docente ao oferecer dicas detalhadas sobre como conduzir as aulas e interagir com o aluno com TDAH, valorizando tanto a organização pedagógica quanto a dimensão afetiva da mediação. Além disso, é uma plataforma de fácil acesso, gratuita, com mais possibilidades de alteração do material gerado e mais intuitiva, facilitando o uso para pessoas com pouco letramento digital. No entanto, seu uso requer muita cautela, pois em mais de um momento foi sugerida a utilização de materiais inexistentes, precisando haver uma checagem cuidadosa das informações apresentadas por ele.

Enquanto o ChatGPT incluiu o aluno com TDAH em todo processo educativo, a Teachy, por mais que seja uma plataforma especializada, não realiza - ao menos na versão gratuita - a inclusão de maneira satisfatória. As aulas propostas são interdisciplinares e colocam o aluno no centro do processo formativo, mas falham tanto no tempo de execução das atividades quanto na própria inclusão.

Ambas as plataformas apresentam potencialidades e fragilidades, sendo úteis principalmente para inspirar o professor na criação de aulas mais dinâmicas e inclusivas, sem que haja a recomendação de seguir fielmente aquilo que é proposto por elas em todas as etapas.

## REFERÊNCIAS

**BRASIL.** Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 14 out. 2025.

**BRASIL.** Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 14 out. 2025.

**BRASIL.** Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamentando o art. 58 da Lei nº 9.394/1996. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 18 set. 2008. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/decreto/d6571.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6571.htm). Acesso em: 14 out. 2025.

**BRASIL.** Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm). Acesso em: 14 out. 2025.

**BRASIL.** Lei nº 15.100, de 13 de janeiro de 2025. Dispõe sobre a utilização, por estudantes, de aparelhos eletrônicos portáteis pessoais nos estabelecimentos públicos e privados de ensino da educação básica. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 13 jan. 2025. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2025/lei/l15100.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/lei/l15100.htm). Acesso em: 20 out. 2025.

**BRASIL.** Lei nº 12.686, de 20 de outubro de 2025. Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 20 out. 2025. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2025/decreto/D12686.html](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/decreto/D12686.html). Acesso em: 25 out. 2025.

LIMA, P. A. **Educação Inclusiva e Igualdade Social.** São Paulo: Avercamp, 2006.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar:** o que é? por quê? como fazer? [recurso eletrônico]. São Paulo: Moderna, 2003.

MANTOAN, M. T. É. Inclusão escolar: caminhos, descaminhos, desafios, perspectivas. In: Maria Teresa Égler Mantoan. (Org.). **O desafio das diferenças nas escolas**. Petrópolis / RJ: Vozes, 2008, v. 1, p. 29-41.

**OPENAI**. ChatGPT: ferramenta de inteligência artificial para processamento de linguagem natural. Disponível em: <https://chat.openai.com/>. Acesso em: 14 out. 2025.

PAPIM, A. A. P.; ARAUJO, M. A.. Uso da tecnologia da informação na educação especial: desenvolvimento e aplicação de jogo pedagógico. In: PAPIM, A. A. P.; ARAUJO, M. A.; PAIXÃO, K. M. G.; SILVA, G. F. (orgs.). **Inclusão escolar: perspectivas e práticas pedagógicas contemporâneas** [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Editora Fi, 2018. p. 205-219.

PLETSCH, Márcia Denise. A formação de professores para a educação inclusiva: legislação, diretrizes políticas e resultados de pesquisas. **Artigos de Demanda Contínua** · Educ. rev. (33) · 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/VNnyNh5dLGQBRR76Hc9dHqQ/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 25 out. 2025.

RIBEIRO, G. C. et al. Inteligência artificial na educação inclusiva: desafios e oportunidades para alunos com necessidades educacionais especiais. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 10, n. 12, p. 3264-3280, 2024.

STAINBACK S.; STAINBACK W. **Inclusão: Um guia para Educadores**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

**TEACHY**. Teachy: plataforma de inteligência artificial voltada para professores. São Paulo: Teachy Tecnologia Educacional, 2022. Disponível em: <https://www.teachy.com.br/>. Acesso em: 14 out. 2025.